



Avaliação da Política de Bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003)

RESUMO

O Programa de Bolsas é assumido como um instrumento importante para responder a um dos principais vectores estratégicos da cooperação - a valorização dos recursos humanos.

Tem-se assistido a uma redução do número total de bolsas disponibilizadas aos PALOP para frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal, o que se justifica pela sua substituição por bolsas internas, pela gradual concentração dos apoios em Timor-Leste e pela redução das bolsas já existentes e não tanto por uma diminuição do número de novas bolsas. As bolsas para frequência de ensino superior representam mais de 2/3 do total de bolsas atribuídas aos PALOP no período 1995-2003.

O processo administrativo de atribuição das bolsas revela algumas fragilidades, decorrentes, sobretudo, de atrasos no envio das vagas disponíveis e na resposta aos pedidos de visto, que acabam por culminar no atraso com que os bolseiros conseguem chegar a Portugal, geralmente após o início do ano lectivo e no atraso do pagamento das primeiras bolsas.

Das principais dificuldades levantadas decorrentes do processo de gestão das bolsas, podem-se destacar, entre outras: (i) a avaliação negativa relativamente à carga burocrática, aos procedimentos/tramitação, aos prazos e ao grau de articulação entre os intervenientes na gestão e condução deste processo; (ii) a fraca qualidade dos serviços dos países de origem envolvidos no processo de candidatura às bolsas; (iii) a falta de transparência dos critérios de selecção e da sua implementação; e (iv) o reduzido apoio à instalação e integração dos bolseiros em Portugal.

Os resultados da análise do percurso académico de 55% dos bolseiros de licenciatura apoiados pelo IPAD no período de referência permitem apurar que a taxa média de conclusão do curso observada é de 40%. Em média, os bolseiros necessitaram de 1,3 anos suplementares para concluir o grau relativamente ao que seria necessário face à duração curricular de cada curso.

Após o retorno ao país de origem, os bolseiros vêm as suas perspectivas profissionais muito ampliadas uma vez que a formação em Portugal é muito prestigiada. Desta forma, pode considerar-se que a capacitação dos indivíduos, através da formação, contribui para a capacitação das organizações dos diversos países (e pode fomentar a

melhoria do contexto económico envolvente se estes bolsheiros promoverem o empreendedorismo) e contribui para a sustentabilidade da intervenção.

Entre as principais recomendações estratégicas da avaliação, destacam-se as seguintes:

- ▶ Reforçar a correspondência entre as áreas de concessão de bolsas e as áreas estratégicas de desenvolvimento do país beneficiário, através da concertação entre país beneficiário e país doador na definição das áreas e do número de bolsas a atribuir, respeitando sempre o princípio de responsabilização no respectivo terreno de decisão.
- ▶ A sustentabilidade da intervenção após a conclusão do grau pode ser incrementada se for mais direccionada para alguns tipos de organizações como, por exemplo, as universidades, os centros de investigação e de ciência e tecnologia e, eventualmente, a administração pública, permitindo um efeito de arrastamento e de capacitação institucional mais fortes e uma maior taxa de retorno.
- ▶ Organização da política de bolsas numa lógica de “ciclo de vida”, isto é, um quadro de médio prazo envolvendo o encontro entre oferta e procura, o processo pluri-anual de educação e formação e a integração profissional posterior no país beneficiário.
- ▶ O apoio ao funcionamento do Ensino Superior nos países beneficiários e a atribuição de bolsas de estudo locais, sendo importantes, devem complementar e não substituir as bolsas de estudo em Portugal. Por outro lado, tendo sempre em consideração as necessidades específicas de cada país, a aposta prioritária em mestrados e doutoramentos não deve anular a concessão de bolsas em Portugal para licenciaturas, em áreas específicas não disponíveis localmente. Paralelamente, a cooperação na área da educação deveria também reforçar a aposta na formação profissional e de nível médio nos países beneficiários e explorar a possibilidade de recorrer a técnicas de *e-learning*, combinando formação à distância com formação presencial.
- ▶ Em síntese, as opções estratégicas devem orientar-se para uma maior articulação e ajustamento, em nível e estrutura, entre a procura de formação por parte dos países beneficiários e a oferta de formação apoiada por bolsas disponibilizada pelo Estado português, exigindo, por sua vez, uma forte articulação entre instituições congéneres locais e nacionais e uma concertação de esforços acrescida, em Portugal, designadamente entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Ciência e Ensino Superior, e, ao mesmo tempo, numa lógica progressiva de limitação do âmbito de intervenção da política de bolsas, devidamente enquadrada na política global de cooperação e, em particular, na APD destinada ao sector da educação, uma qualificação, diferenciação e especialização crescentes da formação disponibilizada nas nossas universidades.

Ao nível mais operacional, destacam-se as seguintes linhas de actuação:

- ▶ Valorização da cultura de avaliação de ciclo completo - ex-ante, on-going e ex-post - mais leve e operacional.
- ▶ Adopção de um modelo de gestão ancorado em processos de decisão baseados em informação e promover uma maior integração da informação entre serviços, nomeadamente através da adopção das novas tecnologias de informação e comunicação e da partilha de bases de dados.
- ▶ Reforçar a intervenção das comissões paritárias.
- ▶ A distribuição dos diplomas poderia ser realizada na embaixada portuguesa dos países de origem dos bolseiros, como forma de potenciar o seu regresso aos países de origem.
- ▶ A antecipação do número e distribuição das vagas ao ensino superior não deverá ficar dependente dos períodos de candidaturas nacionais.
- ▶ Melhorar a articulação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e com os consulados, de forma a assegurar maior rapidez na concessão de vistos para entrada em Portugal.
- ▶ Proceder a um melhor apoio na recepção e acompanhamento dos bolseiros.